



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR
VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 16 (*dezesseis*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 12ª (*décima segunda*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradwohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Helena Lúcia Bandeira Farias. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DO DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/2900/2018 – Auto de Infração: 1/2018.06225. Recorrente: RAIZEN COMBUSTÍVEIS S/A Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre a seguinte questão apresentada pela parte: **1. Preliminar de nulidade do julgamento singular, em razão da falta de fundamentação do indeferimento do pedido de perícia, relativamente ao laudo técnico apresentado na impugnação** – Por voto de desempate da presidência, a 4ª Câmara de Julgamento resolve acatar a nulidade do julgamento singular, por não ter motivado e fundamentado o indeferimento do pedido de perícia, relativamente ao laudo técnico apresentado na defesa. **Em decisão final**, a 4ª Câmara de Julgamento resolve, dar provimento ao recurso interposto e declarar nula a decisão singular e, em ato contínuo, remeter os autos à instância singular para novo julgamento. Os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradwohl, Dalcília Bruno Soares, e Francileite Cavalcante Furtado Remígio, afastaram a nulidade. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque, Ivete Maurício de Lima e Fernando Augusto de Melo Falcão, votaram por acatar a nulidade arguida pela parte. Tudo nos termos do primeiro voto divergente proferido pelo Conselheiro, Fredy José Gomes de Albuquerque que fica responsável por lavrar a resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria processual Tributária, e manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral o representante legal da autuada Dr. Rafael Magnus Kiss Gomes. **Processo de Recurso nº 1/2901/2018 – Auto de Infração: 1/2018.06217. Recorrente: RAIZEN COMBUSTÍVEIS S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre a seguinte questão apresentada pela parte: **1. Preliminar de nulidade do julgamento singular,**

em razão da falta de fundamentação do indeferimento do pedido de perícia, relativamente ao laudo técnico apresentado na impugnação – Por voto de desempate da presidência, a 4ª Câmara de Julgamento resolve acatar a nulidade do julgamento singular, por não ter motivado e fundamentado o indeferimento do pedido de perícia, relativamente ao laudo técnico apresentado na defesa. **Em decisão final**, a 4ª Câmara de Julgamento resolve, dar provimento ao recurso interposto e declarar nula a decisão singular e, em ato contínuo, remeter os autos à instância singular para novo julgamento. Os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradwohl, Dalcília Bruno Soares, e Francileite Cavalcante Furtado Remígio, afastaram a nulidade. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque, Ivete Maurício de Lima e Fernando Augusto de Melo Falcão, votaram por acatar a nulidade arguida pela parte. Tudo nos termos do primeiro voto divergente proferido pelo Conselheiro, Fredy José Gomes de Albuquerque que fica responsável por lavrar a resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria processual Tributária, e manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral o representante legal da autuada Dr. Rafael Magnus Kiss Gomes. **Processo de Recurso nº1/862/2017– Auto de Infração: 1/2016.26020. Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Recorrido: AVIÕES DO FORRÓ GRAVAÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA. Relatora: Conselheira FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do reexame necessário, para deliberar sobre as seguintes questões: 1. No mérito, por unanimidade de votos, a 4ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao reexame necessário, para confirmar a decisão parcialmente condenatória exarada em 1ª Instância, porém, aplicando a penalidade prevista no art. 123, II, “A”, c/c o § 5º inciso I da Lei nº12.670/1996 com as alterações da Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente a sessão o representante legal da parte o Dr. João Carlos Mineiro Moreira Junior. **Processo de Recurso nº 1/988/2017 – Auto de Infração: 1/2016.26024. Recorrente: AVIÕES DO FORRÓ GRAVAÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO.** Durante os debates foi solicitado e concedido o pedido de vista do processo à Conselheira Dalcília Bruno Soares. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Helena Lúcia Bandeira Farias, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Helena Lúcia Bandeira Farias
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA